

**ESCREVIVÊNCIA NA PRÁTICA PEDAGÓGICA:
A NARRATIVA DE MULHERES QUILOMBOLAS EM
TENSÃO COM A POLÍTICA DA MORTE NO BRASIL**

**ESCREVIVÊNCIA IN PEDAGOGICAL PRACTICE:
THE NARRATIVE OF QUILOMBOLA WOMEN IN
TENSION WITH THE DEATH POLICIES IN BRAZIL**

Fabiana Carneiro da Silva¹

Resumo: Referindo-se a uma experiência de escrita literária com mulheres de comunidade quilombolas do baixo sul da Bahia – a saber, das comunidades Lagoa Santa, Jatimane, Jetimana e Boa Vista – o presente texto configura uma (auto)reflexão acerca das relações entre o conceito de “escrevivência” de Conceição Evaristo, a crítica literária e a prática pedagógica antirracista. Investigam-se as possibilidades das “escrevivências” enquanto contraponto à necropolítica no Brasil.

Palavras-chave: escrevivência, prática pedagógica, mulheres quilombolas.

Abstract: Referring to a literary writing experience with quilombola women from the lower south of Bahia – Lagoa Santa, Jatimane, Jetimana and Boa Vista communities – this text sets up a (self) reflection on the relationships between the concept from “escrevivência” (Conceição Evaristo) to literary criticism and anti-racist pedagogical practice. The possibilities of writing are investigated as a counterpoint to necropolicies in Brazil.

Keywords: *escrevivência*, pedagogical practice, quilombola women.

“eu
qui num vô rimá
memória y dor”
(tatiana nascimento)

¹ Professora adjunta no Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba (UFPB): <fabicarneirodasilva@yahoo.com.br>.

UMA VOLTA DA ESPIRAL

Há alguns anos, aos 18, engravidei de meu primeiro filhinho ou filhinha, estava muito feliz, apesar da gravidez ser inesperada, eu a aceitei de imediato, pois sei que ser mãe é algo extraordinário; quando eu tinha três meses algo inesperado aconteceu: fiz a ultrassom e logo descobri que não havia criança alguma, apenas resto de parto e, por isso, a barriga continuava grande. De imediato o médico me disse: “você irá para Valença fazer coletagem”. Mas eu estava sozinha, daí minha mãe chegou e não fui a lugar algum, fui para uma naturalista, e ela passou um remédio que tirasse todo o resto, e assim aconteceu. Logo após 1 ano que perdi esse bebê, engravidei novamente e tomei todo o cuidado possível. Entreguei a criança a Nossa Senhora Aparecida e a Deus, pois Nossa Senhora é mãe e rainha, e intercede por nós; acreditei que tudo iria dar certo e assim aconteceu (SANTOS, 2017, [s.p.]).

Não é pouca a vontade de fazer deste artigo veículo para a circulação de narrativas como essa, “Ser mãe jovem”, de Maria Aparecida Santos da comunidade quilombola de Lagoa Santa-BA. Caberia ao público receptor a leitura dessas produções que inscrevem de modo singular experiências que permanecem obnubiladas, quando não subtraídas, do campo simbólico do que se compreende como Brasil. Talvez fosse esse um modo efetivamente estratégico de utilização do espaço de fala que me autoriza a produzir este texto e, assim, efetivamente desafiar as lógicas de interdição operadas pelas fortes e violentas engenharias do nacionalismo brasileiro. Seria – é – este um início alternativo e suplementar àquele que, sublinhando o sintagma “política de morte no Brasil”, presente no título de meu artigo, indicaria os muitos e sempre perversos, chocantes e grotescos episódios de assassinato de mulheres negras ao longo dos séculos de constituição deste país; uma justiça sem devir. O registro dessas trajetórias e perspectivas da vida, a despeito de qualquer gesto classificatório, surgiria aqui inscrito como urgência e revide, enquanto abertura para a possibilidade de estabelecimento de empatia ou identificação. A configuração do corpo sensível dessas palavras como estratégia de contranarrativa da morte. Se assim fosse, diante disso, o que seria possível ao discurso crítico? Reconhecendo o rápido movimento aporético que questionaria o fundamento da necessidade deste texto, mas buscando submergir nessa aporia e dela sustentar, desdobrar e fazer ver algo da experiência pedagógica de incentivo à produção dessas narrativas,

peço licença à autora aqui evocada para alinhar sua produção a outras considerações que constituem as tramas com que a vida é (re)tecida.²

PÉS NA TERRA E O RASTRO DE UMA EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA

As formas objetificadas com que as mulheres negras foram concebidas nas dinâmicas de escravização mutilou e deixou-nos marcas indeléveis. Dos estereótipos e estigmatizações encenados na literatura alçada à condição de nacional às hierarquias sociais excludentes que apoiam-se na fragilidade da constituição e asseguaração dos mais básicos direitos, ainda no século XXI se fazem sentir as consequências e atualizações perversas desse sistema que, como afirma Vânia Maria da Silva Bonfim (2009), operou a desumanização de todos nele envolvidos. Ao agudizar a compreensão acerca desse processo, o trabalho de Bonfim somou-se à minha prosa interessada numa perspectiva afrocentrada da literatura, sobretudo no que se refere ao aspecto que ela define como nuclear da “identidade contraditória da mulher negra brasileira” (p. 220). De acordo com suas palavras:

[...] a condição de escravizada ou subalternizada a que a mulher negra esteve submetida nos últimos séculos da história brasileira, num contexto social misógino e de estigmatização racial, sobrepõe-se à memória histórica da mulher como protagonista nas sociedades africanas tradicionais. A vivência dessas duas condições forja o conflituoso dilema do contínuo refazer da identidade da mulher negra brasileira (BONFIM, 2009, p. 220).

A despeito dos mecanismos de invisibilização e ocultamento, a história das mulheres negras, bem como sua presença nas Américas, antecede a narrativa que tem como ponto de partida o trauma da escravização. Haveria, assim, conforme afirma Bonfim (2009, p. 222), um “entranhe tautológico” na tentativa de se compreender a subalternização da mulher negra a partir dessa mesma subalternização operada pelo regime escravista. Seria esse, segundo ela, um processo que distorce as vias de compreensão dos africanos em diáspora em suas “inter-relações históricas com outras sociedades” e, acrescento eu, outras temporalidades (p. 222).

² A produção das mulheres quilombolas participantes da Caravana Mulheres nas Artes poderá ser lida no catálogo de textos e imagens (em fase de edição), bem como no breve vídeo que narra o percurso da ação (CARAVANA, [s.d.]).

Grávida dessas reflexões e ativa na ginga constante entre o trabalho acadêmico de pesquisa e as práticas educativas cidadinas de resgate e reelaboração coletiva de nossas matrizes africanas, eis que *uma noite acordei com uma estranha pergunta entalada em minha garganta*:³ Quais as narrativas das mulheres negras aquilombadas nas comunidades rurais resistentes nos corações desse território? A indagação evocava Conceição Evaristo, se embebia de Carolina Maria de Jesus, ganhava força na palavra-vento de Maria Firmina dos Reis: O que querem contar essas mulheres? O que precisam dizer – e dizem – elas, irmãs, mães, avós, filhas, comadres? Foi então que entendi a urgência de um outro tipo de encontro, um encontro de pés na terra, no qual a conexão entre teoria e prática, leitura e escuta, fala e escrita pudesse se dar sob o pulso sensível dessas demandas.

A convite de Renata Nascimento, integrando a segunda edição da Caravana Mulheres nas Artes,⁴ parti, em 2017, rumo ao baixo sul da Bahia, onde fui recebida em três comunidades quilombolas, a saber, Lagoa Santa, Jatimane, Boa Vista e Jetimana.⁵ De modo a sublinhar pedagogicamente a dimensão contra-hegemônica das poéticas negro-femininas, busquei fazer circular e mediei a recepção desse rico e múltiplo acervo entre as mulheres dos territórios e, de modo suplementar às práticas de leitura, acionamos os conhecimentos e vivências das participantes a fim de tê-los como disparadores de exercícios de escrita literária (ancorando-me também, em parceria com Shai Andrade,⁶ em outras linguagens artísticas, como a fotografia).

O conceito de “escrevivência”, formulado por Conceição Evaristo, cintilou subjacente a essas práticas, sobretudo no que tange à relação que ele estabelece entre a experiência das mulheres negras no globo e a escrita, isto é, a ideia de que

Talvez, estas mulheres (como eu) tenham percebido que se o ato de ler oferece a apreensão do mundo, o de escrever ultrapassa os limites de uma percepção da vida. Escrever pressupõe um dinamismo próprio do sujeito da

3 Referência ao conto “Olhos d’água” (do livro homônimo), de Conceição Evaristo (2016).

4 Projeto idealizado por Renata Nascimento e, nessa segunda edição, financiado pela Secretaria de Cultura da Bahia. Ficamos em média 15 dias em cada uma das comunidades.

5 Foi esta a primeira experiência de um trabalho que, depois, passou a estruturar meus projetos de extensão como professora universitária e teve continuidade em outras comunidades quilombolas, dentre elas, a comunidade de Arara, localizada no extremo sul da Bahia.

6 Shai Andrade é fotógrafa e educadora baiana. Parte de sua obra pode ser encontrada em: <<https://shaifotografia.tumblr.com/>>.

escrita, proporcionando-lhe a sua autoinscrição no interior do mundo. E, em se tratando de um ato empreendido por mulheres negras, que historicamente transitam por espaços culturais diferenciados dos lugares ocupados pela cultura das elites, escrever adquire um sentido de insubordinação (EVARISTO, 2007, pp. 20-21).

Insubordinadamente, ao longo das semanas em que estivemos juntas, com nossos corpos constituímos rodas, dispostas a cavucar o solo que sedimenta tantas e tão diversas experiências. Partilhamos memórias, diários, o cafezinho das tardes, cicatrizes, o segurar bebês, lacunas, saberes, dúvidas, o caminho de volta para casa. Com as próprias mãos, mexemos nessa terra fértil que somos e volvemos em sagrado o terreiro que formávamos. Com “Olhos d’água” nos encaramos. Lavamos o que ainda é dor, brincamos de nadar na correnteza-emoção das alegrias alembradas:

Uma noite acordei com uma estranha pergunta entalada em minha garganta: Como eu nasci?

Uma noite acordei com uma estranha pergunta entalada em minha garganta: Por que as pessoas que a gente ama se vão?

Uma noite acordei com uma estranha pergunta entalada em minha garganta: A teimosia de meu avô, não sei, por que meu avô não parava com a teimosia dele?

Falamos, falamos, falamos. Um vozerio. Com esse coro cantado, viajamos. Estivemos em África e, nos mistérios desse oceano-mãe, caminhamos no que é ancestralidade e empretece de beleza o cotidiano. Depois, a passos firmes, o momento do extravio, expropriação, extradição, escravidão. Juntas resistimos. Chegamos assim no que ainda é campo de batalha, respiramos e gestamos nossas estratégias de (re)ação. De posse da vida, sambamos.

Dessa confraria, surgiram escrevivências – orais e escritas – que em sua produção desafiaram os mecanismos perversos que obliteram sistematicamente o acesso à palavra pela comunidade negra.⁸ As escritas de Ana Maria Gonçalves, Miriam Alves, Cristiane Sobral, Cidinha da Silva, com seus projetos estéticos singulares, fizeram-se força que acolhe a hesitação do segurar a caneta e determinação que impulsiona a projeção da voz pelo espaço. Os silêncios, prenhes de memórias, não mais nos

7 Fragmentos dos textos produzidos nas oficinas de escrita respectivamente por Thaiane Silva Rosário, Mariele e Nathália Silva Rosário da comunidade Jatimane (BA). Depois da leitura e discussão do conto “Olhos D’água” de Conceição Evaristo foi sugerida a produção de uma escrevivência que partisse da frase com que dá início ao conto de Evaristo.

8 Sobre esse aspecto, ver: Oliveira (2005); Barros (2016).

assustaram. Os limites e as diferenças, acolhidos como a pertinência do que é humano, deixaram de envergonhar. O poder da criação literária se fez arma para a reinvenção de si.

Um espaço formativo estruturado a partir das “experiências de si” de seus participantes é, segundo Iris Verena de Oliveira (2017), uma possível resposta metodológica a práticas de formação étnico-raciais que operam a partir da essencialização e generalização do significante “negro”. Em seu artigo “Escrevivências e limites da identidade na produção de intelectuais negras”, Oliveira lê a produção de intelectuais negras, buscando analisar o lugar atribuído à diferença nas diferentes concepções de conhecimento e currículo, de modo a evidenciar os limites das discussões do campo da educação alicerçadas na identidade. Nesse sentido, ela mobiliza seu acervo de ações formativas com os professores do município de Nordestina, localizado na região nordeste da Bahia – Território de Identidade do Sisal –,⁹ e constituído por 18 comunidades quilombolas certificadas na Fundação Cultural Palmares, para, numa argumentação complexa e delicadamente alinhavada, apontar certo uso pedagógico, nesses contextos, de um repertório já fixado do que seria a “cultura negra”, o qual pode operar, segundo ela, como redutor das alteridades. Nessa direção, à luz de sua prática, escreve:

Entendo que a negritude dos blocos afro soteropolitanos, das escolas de samba cariocas e o Movimento Negro organizado, que se destaca em algumas regiões no país, não compõe o repertório de experiências das comunidades quilombolas de Nordestina. Nelas, o número de igrejas evangélicas neopentecostais é expressivo, a experiência religiosa dos mais velhos está alicerçada no catolicismo popular e a relação com a terra apresenta importantes contornos na forma como se definem. Por isso, o ser negro e ser quilombola, como compreendem os moradores de Nordestina, apresentam contornos peculiares (OLIVEIRA, 2017, p. 648).

Interpela-se, assim, a nós, professores, pesquisadores, educadores, que trabalhamos com essas comunidades, quanto aos riscos de essencialização e destaca-se a necessária atenção e reconhecimento aos modos como as questões étnico-raciais surgem e são significadas cotidianamente por cada uma delas. Considerar essas inscrições concretas, heterogêneas e descontínuas do quilombo é tarefa complexa, sobretudo,

9 “Território de Identidade” é uma categoria utilizada pelo Governo da Bahia para mapear o espaço geográfico deste estado a partir de critérios multidimensionais, tais como sociabilidade, cultura, ambiente, política e economia.

porque, conforme nos mostra Beatriz Nascimento (1985, pp. 41-49), a passagem da instituição em si (experiência histórica) do quilombo para sua aceção como símbolo de resistência ocorre no final do século XIX e ao longo do XX, quando “quilombo” adquire uma caracterização ideológica e retórica que lhe é “sobredeterminante”, principalmente na forma como o termo é mobilizado pelos movimentos negros enquanto “instrumento vigoroso no processo de reconhecimento da identidade negra brasileira para uma maior autoafirmação étnica e nacional”.

Ratificar a potência de sublevação semanticamente vinculada à ideia de quilombo, esquivando-se de essencializações e/ou reducionismos/estereótipos, é um dos desafios dos sujeitos comprometidos com esse espaço de trabalho. Ao defender a produção de escrituras como prática de formação de professores, Oliveira expressa uma recusa ao papel regulatório do Estado (passível de ser lido no gesto de autorizar e legitimar, nos currículos, a inclusão dos conteúdos definidos genericamente como “negros”) e sublinha os grupos de experiência como potentes ações de responsabilização antirracista na medida em que eles promovem “espaços de formação onde invenções de si e dos outros são expostas e confrontadas pelos pares”, possibilitando “a explicitação dos mecanismos do racismo nas construções que fazemos” (OLIVEIRA, 2017, p. 648).

Partilhamos de princípios análogos aos de Oliveira, ao propormos a circulação do texto literário como mediação e gesto disparador das escritas entre as quilombolas de Lagoa Santa, Jatimani, Boa Vista e Jetimana, o que nos permitiu uma mirada em prisma para as experiências dessas mulheres e para o campo da fabulação inscrito nos territórios habitados por seus corpos. A literatura negro-feminina operou como pretexto para a partilha da diferença e como pré-texto que, de fato, antecede a nossa intervenção, na medida em que configura um universo de sensibilidade que, a despeito dos deslocamentos, reverbera profundamente em nossos grupos, despertando-nos para o poder vigoroso dessas histórias em conjunto.

ESCREVIVÊNCIA COMO CONTRAPONTO À AMEAÇA DE MORTE

Em consonância com a necessidade de elaboração de narrativas em que a mulher negra, enquanto “sujeita”, adquira uma representação complexa para além das figuras cristalizadas e orquestradas por uma lógica racista de controle e subordinação de sua imagem, está a produção

das mulheres quilombolas no Brasil. A confrontação com esses escritos possibilita que adensemos as reflexões acerca de suas potencialidades, as quais, a nosso ver, parecem estar no escopo do conceito evaristiano de escrevivência. Nessa direção, Conceição Evaristo (2005, p. 6) afirma:

[...] sendo as mulheres negras invisibilizadas, não só pelas páginas da história oficial brasileira, mas também pela literatura, e quando se tornam objetos da segunda, na maioria das vezes, surgem ficcionalizadas a partir de estereótipos vários, para as escritoras negras cabem vários cuidados. Assenhoreando-se “da pena”, objeto representativo do poder falocêntrico branco, as escritoras negras buscam inscrever no *corpus* literário brasileiro imagens de uma autorrepresentação. Surge a fala de um corpo que não é apenas *descrito*, mas antes de tudo *vivido*. A escre(vivência) das mulheres negras explicita as aventuras e as desventuras de quem conhece uma dupla condição, que a sociedade teima em querer inferiorizada, mulher e negra.

Sugere-se, assim, que a palavra constituinte da textualidade produzida sob a rubrica de escrevivência inscreve corpos vivos e vividos como dicção poética, índices de resistência que performam essa dupla condição da mulher negra, aludida no excerto. Estabelece vínculo direto com tal proposição a primorosa análise de Leda Maria Martins (2012) sobre o acervo da literatura negro-feminina. De acordo com ela, esse *corpus* surge como uma experiência de linguagem que tem o corpo como fundamento dos processos ativos e dinâmicos de inscrição, resgate e produção de conhecimentos e memórias, bem como de resignificação dos referidos discursos de controle. De maneira que:

É no corpo mesmo da escrita que este outro Brasil se performa e se instala, e que a arte se quer também como ofício de transfiguração, de rearranjo da memória e da história. Nos retalhos dos textos aqui aludidos, os significantes voz, corpo e memória são os atavios que tecem o corpo alterno e alternativo dessa escritura (MARTINS, 2012, p. 220).

É pela percepção dos índices de oralidade oriundos desses corpos, os quais colocam-se diante de nós no encontro com os textos, que nos reconhecemos e habitamos um tempo e espaço outro. Uma *oralitura da memória*,¹⁰ signatária de um tempo que se faz turvo e curvilíneo porque não lhe rege a lógica linear e, por vezes, teleológica fundante da civilização ocidental, espaço que se faz múltiplo e permeável por uma troca efetiva e afetiva de vivências.

10 Conceito a que Martins dá corpo, sobretudo, na obra *Afrografias da memória* (1997).

Sublinhando a caracterização de autorrepresentação subalterna, presente na citação de Evaristo e entrevista na formulação de Martins, Livia Maria Natália Souza (2018) também se propõe a desdobrar uma análise da trama que constitui a escritura das mulheres negras no Brasil. Em seu artigo “Uma reflexão sobre os discursos menores ou a escrevivência como narrativa subalterna”, ela mobiliza a categoria de “literatura menor”, formulada por Deleuze e Guattari para, sustentando a diferença entre representação e expressão (de modo a vincular a escrevivência a esta última noção), estabelecer uma especificidade desse discurso, a qual o distinguiria das categorias de autobiografia (tal qual formulada por Philippe Lejeune) e de autoficção (nesse caso, na acepção de Diana Klingner). Segundo Souza, a escrevivência conforma uma dicção poética que não se assenta na dicotomia ficção/realidade. Ademais, enquanto literatura menor, essa produção teria o agenciamento coletivo de uma enunciação como traço constituinte, que não só se refere a um sujeito não hegemônico como enunciador – nesse caso, as mulheres negras em seus múltiplos pertencimentos e atravessamentos –, mas também a uma forma de organização da linguagem em relação outra com as noções estéticas que regem a literatura hegemônica (SOUZA, 2018, p. 39).¹¹

As distintas e convergentes compreensões acerca da escrevivência deixam visível a densidade do fenômeno configurado pelo conceito. A aglutinação dos signos “escrita” e “vivência” (de mulheres negras) ganha relevo, se considerarmos que ela opera, primeiro, o deslocamento do uso da grafia da letra escrita de seu lugar histórico, orquestrado pela lógica colonialista, como ferramenta de subjugação das epistemes africanas e indígenas; segundo, uma tensão com o “mundo de morte” – tal qual formulado pelo filósofo Achille Mbembe (2018) – em que essa escritura se inscreve. A fala do “corpo vivido” das mulheres negras no Brasil adquire

¹¹ A vinculação entre a produção de autoria negra e o conceito de “literatura menor” para pensar o “sujeito da literatura negra” desenvolvido por Souza é sugestão a que se refere Conceição Evaristo (2010, p. 136), alguns anos antes, no texto “Literatura negra: uma voz quilombola na literatura brasileira”, quando escreve: “Quando falamos de sujeito na literatura negra, não estamos falando de um sujeito particular, de um sujeito construído segundo uma visão romântico-burguesa, mas de um sujeito que está abraçado ao coletivo. O sujeito da literatura negra tem a sua existência marcada por sua relação, e por sua cumplicidade com outros sujeitos. Temos um sujeito que, ao falar de si, fala dos outros e, ao falar dos outros, fala de si (ORLANDI, 1988). A voz do poeta não é uma fala única, solitária, mas a ressonância de vozes plurais. Realiza a fusão EU/NÓS, apresentando uma das características da literatura menor, apontada por Deleuze e Guattari: “Tudo adquire valor coletivo”.

posição de (re)existência convocando a literatura também como espaço de transcrição da história e da identidade.

No caso da textualidade que surge das comunidades que se formaram a partir da experiência histórica direta de confronto, com a escravidão – caso das comunidades rurais remanescentes quilombolas de Lagoa Santa, Jatimani, Boa Vista e Jetimana –, nota-se como traço comum o desejo de construir um outro mundo, sem abrir mão, porém, do pertencimento à terra que, com seus recursos e belezas, surge como figuração positiva de saberes e memórias ancestral-locais. Tendo em vista que são comunidades relativamente fechadas e afastadas dos centros urbanos e de predominância de núcleos familiares, a elaboração de uma etnicidade por meio da afirmação da negritude se coloca em pauta (assim delimitada e tematizada), sobretudo, por meio das experiências de contato com os elementos/sujeitos/ideias extrínsecos, isto é, com a estrutura da branquitude. Desse modo, por um lado, a violência do racismo como marcador da construção das subjetividades das mulheres aparece, por exemplo, nas narrativas que descrevem situações de negligência médica ou violências obstétricas, quando mães, nas recordações de discriminações vivenciadas na escola, no caso das crianças, e, na textualidade das mais velhas, nos relatos que recuperam o embate entre as perspectivas afroreferenciadas e as eurocentradas acerca de conhecimentos ligados à saúde e ao cuidar da terra e da família. Por outro, o quilombo como *locus* de enunciação e possibilitador de uma experiência alterna de existência, também circunscreve a força vital nos enredos e cenas de prazer e liberdade que igualmente constituem as produções.

Não há – ou não deveria haver – dúvidas acerca do quão terrível foi o processo de escravização das populações africanas no globo. Este processo é entendido por Achille Mbembe (2018), em conjunto com outras vozes críticas contemporâneas, como o aspecto nuclear da constituição da modernidade. Mais que isso, em investigação da noção de biopoder, de Michel Foucault, Mbembe afirma que a empresa escravista colonial foi uma das primeiras manifestações da experimentação biopolítica na medida em que “no contexto da *plantation*, a humanidade do escravo aparece como uma sombra personificada. De fato, a condição de escravo resulta de uma tripla perda: perda de um ‘lar’, perda de direitos sobre o seu corpo e perda de estatuto político” (p. 26). A atualização dessa condição na lógica colonialista contemporânea, nomeada pelo filósofo como “necropolítica”, impõe a experiência de “morte-em-vida”, vivenciada no

passado pelos escravizados, como um fato para os diversos segmentos da população negra do Brasil.¹² É, nesse sentido, em constante luta contra uma ameaça de destruição – intensificada pela programática totalitária do atual governo¹³ – que estão as comunidades quilombolas no Brasil.

Compreende-se, assim, que a escrita das mulheres integrantes da Caravana Mulheres nas Artes, especialmente ao retirar a centralidade da experiência da escravidão da posição de “origem” ou substrato de suas narrativas (centralidade esta muito reiterada por leituras eurocêntricas que, com alguma dose de sadismo, projetam e anseiam pela encenação dessa violência nas produções de autoria negra), inscrevem a vida, a escrevivência, como oposição ao “mundo de morte”. Inscrevem a vida e o esforço pela vida, como nos lembra Conceição Evaristo (2010). A autora, ao discutir a “voz quilombola na literatura negra”, retoma os estudos de Abdias Nascimento e Beatriz Nascimento acerca da noção de “quilombo” e afirma que, “após a Abolição, a mística quilombola interiorizou-se nos descendentes livres de africanos. Não mais como uma mística de ‘guerra bélica declarada’, mas como ‘esforço de combate pela vida’” (p. 138). Nesse sentido, a dicção de uma poética do corpo vivo é a tessitura maior do conjunto de textos aos quais aqui nos referimos. Em contraponto à necropolítica, as comunidades quilombolas na contemporaneidade também se atualizam “como paradigma organizativo de estratégias afirmativas dos negros que foram trazidos para as Américas” (p. 138) e nos colocam o desafio de apreender os novos movimentos e potências que essas comunidades adquirem ao encorpar o campo da discursividade literária.

12 Os mecanismos do racismo estrutural brasileiro, enquanto força soberana, detém o poder de arbitrar sobre a vida do outro e decidir “quem é descartável e quem não é” (MBEMBE, 2018, p. 41). A essas formas “únicas e novas de existência social”, se você é negro e reconhecido como tal no país, parece ainda haver poucas formas de escape. Sobre isso ver também: Flauzina (2006).

13 Em uma de suas palestras durante o período eleitoral, em 3 de abril de 2017, o atual presidente Jair Bolsonaro fez a seguinte declaração a respeito das pessoas quilombolas no Brasil: “Eu fui num quilombo. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada. Eu acho que nem para procriador ele serve mais. Mais de R\$ 1 bilhão por ano é gasto com eles”. O conteúdo explicitamente racista da fala foi denunciado por parlamentares, e dez do PT, uma do PCdoB e a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) solicitaram formalmente a investigação do gesto como crime de racismo à Procuradoria-Geral da República. Como resultado do caso, Bolsonaro foi condenado ao pagamento de indenização por danos morais no valor de 50 mil, mas ele recorreu e foi inocentado no processo.

UMA (OUTRA) VOLTA DA ESPIRAL (OU “A CRÍTICA COMO ESCRIVÊNCIA”?)

Como mulher migrante de ascendência afro-indígena,¹⁴ pesquisadora e educadora atuante nos processos de ensino-aprendizagem com comunidades negras, o debruçar-se sobre essa malha escritural faz-se mergulho em rio de possibilidades e redescobertas do outro e de mim. A reflexão, em consonância com isso, lançou-me o desafio de pensar a escriturabilidade em contiguidade com as práticas pedagógicas e críticas antirracistas. Seria, assim, plausível a pergunta: A crítica literária, quando produzida por mulheres de cor a partir de uma perspectiva contra-hegemônica, é também escriturabilidade? Um caminho possível para a investigação desse questionamento toma por base a suspensão, comum aos âmbitos da criação artística, da crítica e da educação antirracistas no Brasil, dos pressupostos metafísicos que estruturam a noção de cultura no Ocidente. Nessa direção, poderia ser produtivo retomar a noção do discurso literário formulada pelo filósofo argelino Jacques Derrida, noção esta que tensiona os limites entre literatura e crítica:

Não me sinto confortável com a distinção rigorosa entre “literatura” [literature] e “crítica literária” [literary criticism], nem com a confusão entre as duas. Qual seria o limite rigoroso entre elas? A “boa” crítica literária, a única que vale a pena, implica um ato, uma assinatura ou contra-assinatura literária, uma experiência inventiva da linguagem, na língua, uma inscrição do ato de leitura no campo do texto lido. Esse texto nunca se deixa completamente ser “objetivado”. Contudo, não diria que se pode misturar tudo e fazer desaparecer as distinções entre todos esses tipos de produção “literária” ou “crítica” (pois há também uma instância “crítica” em funcionamento na obra *dita* literária). Portanto, é preciso determinar ou delimitar outro espaço onde se justifiquem distinções pertinentes entre certas formas de literatura e certas formas de... – não sei que nome dar a isso, eis o problema, é preciso inventar um para aquelas “invenções” críticas que pertencem à literatura enquanto deformam os seus limites. De qualquer forma, não distinguiria “literatura” [literature] e “crítica literária” [literary criticism], mas não assimilaria umas às outras todas as formas de escrita ou de leitura. Essas novas distinções deveriam abrir mão da pureza e da linearidade das fronteiras. Deveriam ter uma forma que fosse, a um

¹⁴ Parece-me caro afirmar – e o faço reiteradamente ao longo dos meus trabalhos – o reconhecimento dos privilégios que a condição de mestiça, na medida em que socialmente meu fenótipo é passível de ser lido, no Brasil, como branco, me conferem. O meu pertencimento afro-indígena, circunscrito a uma ascendência nordestina e sertaneja, adquire, portanto, um caráter, antes de tudo, de posicionamento político comprometido com a luta por equidade racial no território de exclusões e violências a que chamamos Brasil.

só tempo, rigorosa e capaz de levar em consideração a essencial possibilidade de contaminação entre todas essas oposições, aquelas que mencionamos anteriormente e também aquela entre literatura e crítica ou leitura ou interpretação literária (DERRIDA, 2014, p. 78).

A contaminação entre literatura e crítica literária, ainda que retendo a tensão aporética entre tais discursos, surge de modo positivo e inominável na proposição derridiana. No escopo da discussão aqui desenvolvida, aproximar certo fazer crítico da noção de escrevivência, além de afirmar o engenho inventivo e formal do trabalho interpretativo, corrobora a inquirição formulada, dentre outras, por Grada Kilomba (2017), da esfera acadêmica como espaço neutro e do conhecimento nela produzido como objetivo, imparcial e universal. Sublinhar o que há de experiência, afeto e corporalidade sensível na prática teórico-crítica e nas dimensões performativas desta no âmbito pedagógico, longe de significar uma eliminação do caráter científico ou rebaixamento do rigor de tais práxis, evidencia o supremacismo branco como lugar de poder e soberania que estrutura de modo hierarquizado as políticas de fala e a produção de conhecimento no Ocidente. Esse movimento leva-nos a reconhecer a importância das políticas da identidade para a luta política, mas entretendo, ao mesmo tempo, a fragilidade delas no que se refere à inscrição e sustentação das diferenças nas malhas das letras.

Nesse sentido, as narrativas das mulheres das comunidades quilombolas do baixo sul da Bahia convidam-nos a pensar em outras topografias do saber-sentir, e foi a partir do encontro com essas experiências singulares de ser e estar na escrituras que o presente texto surgiu e que pude me repensar como educadora, como sujeita no mundo, fazendo (re)significar o hífen com que atrelamos os termos “ensino-aprendizagem”.¹⁵ A escrevivência, somando-se aos vários desdobramentos de seus acionamentos crítico-literários, parece comportar a dimensão de estratégia pedagógica. Evocando a conta de memória que me transporta para o seio das comunidades de Lagoa Santa, Jatimani, Jetimana e Boa Vista, recoloco-me em meu trajeto e, a despeito do que ainda é impotência e labuta, ciente dos hiatos que traçam o meu caminho até elas, reacendo o sentido que torna a palavra motriz de meu destino. A literatura faz-se,

15 Cada vez mais são sistematizadas metodologias de ensino-aprendizagem afro-referenciadas. Dentre os trabalhos já publicados podemos mencionar as propostas da “Pretagogia” de Sandra Haydée Petit, da “Pedagoginga” de Allan da Rosa, a “Pedagogia da Ancestralidade” de Kiusam Oliveira e a “Pedagogia das encruzilhadas” de Luiz Rufino.

então, serpente. Movimento que prescinde de começo e fim. Arco-íris que nos espelha. Um *brajá* de histórias que tem o fundamento da matéria vivida e a riqueza da chuva que molha.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Surya Aaronovich Pombo de; FONSECA, Marcos Vinicius (Orgs.). *A história da educação dos negros no Brasil*. Niterói: EdUFF, 2016.
- BONFIM, Vânia Maria da Silva. A identidade contraditória da mulher negra brasileira: bases históricas. In: *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2009, pp. 220-244.
- CARAVANA MULHERES nas Artes. Coordenação geral: Renata Nascimento. Produção executiva: Sérgio Melo. Brasil, Equipe Caravana, [s.d.]. Vídeo (15min.32). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZQMVhuzIOaE&t=7s>>. Acesso em: 30 abr. 2020.
- DERRIDA, Jacques. *Essa estranha instituição chamada literatura: uma entrevista com Jacques Derrida*. Trad. Marileide Dias Esqueda. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- EVARISTO, Conceição. Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face. In: MOREIRA, Nadilza Martins de Barros; SCHNEIDER, Liane (Orgs.). *Mulheres no mundo: etnia, marginalidade e diáspora*. João Pessoa: UFPB, Ideia/Editora Universitária, 2005, pp. 201-212.
- EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: ALEXANDRE, Marcos Antonio (Org.). *Representações performáticas Brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces*. Belo Horizonte: Mazza, 2007, pp. 16-21.
- EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma voz quilombola na literatura brasileira. In: PEREIRA, Edimilson de Almeida (Org.). *Um tigre na floresta de signos: estudos sobre poesia e demandas sociais no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010, pp. 132-142.
- EVARISTO, Conceição. *Olhos d'água*. Rio de Janeiro: Pallas/Fundação Biblioteca Nacional, 2016.
- FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. *Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- KILOMBA, Grada. *Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism*. Münster: Unrast, 2008.
- MARTINS, Leda Maria. *Afrografias da memória*. São Paulo/Belo Horizonte: Perspectiva/Mazza Edições, 1997.

- MARTINS, Leda Maria. Arabescos do corpo feminino. In: ASSIS, Eduardo; BEZERRA, Kátia da Costa; DUARTE, Constância Lima (Orgs.). *Gênero e representação na literatura brasileira: ensaios*. Belo Horizonte: UFMG, 2012, pp. 219-228.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.
- NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. *Afrodíaspóra*, n. 6-7, 1985, pp. 41-49.
- nascimento, tatiana. Baleias. In: *lundu*. Brasília: padê editorial, 2017, pp. 58-59.
- OLIVEIRA, Iris Verena. Escrivências e limites da identidade na produção de intelectuais negras. *Currículo sem Fronteiras*, v. 17, n. 3, set./dez. 2017, pp. 633-658.
- OLIVEIRA, Klebson. *Negros e escrita no Brasil do século XIX: sócio-história, edição filológica de documentos e estudo linguístico*. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.
- SANTOS, Maria Aparecida. Ser jovem e mãe. Bahia: Comunidade de Lagoa Santa, 2017. [Depoimento não publicado]
- SOUZA, Livia Maria Natália. Uma reflexão sobre os discursos menores ou a escrevivência como narrativa subalterna. *Revista Crioula*, São Paulo, v. 21, 2018, pp. 25-43.

Recebido: 16/3/2020

Aceito: 28/4/2020

Publicado: 17/6/2020